

DISTRITO FEDERAL

TJDFT faz SES-DF voltar a divulgar contagem de óbitos de antes da mudança

A liminar foi concedida pelo TJDFT seguindo pedido feito pelo deputado distrital Chico Vigilante para o Governo do Distrito Federal (GDF), solicitando a alteração.



Uma determinação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) faz com que a Secretaria de Saúde do DF tenha que retomar a divulgação do número de mortes das vítimas do novo coronavírus da mesma forma que era feita no início da pandemia.

A liminar foi concedida pelo TJDFT seguindo pedido feito pelo deputado distrital Chico Vigilante para o Governo do Distrito Federal

(GDF), solicitando a alteração. O formato de divulgação foi feito ainda neste mês. O então secretário de Saúde, Francisco Araújo, se mostrava incomodado com a divulgação da forma em que era feita e afirmou, durante coletiva de imprensa, que isso causava “desassossego” para a população do DF.

“Não é só você pegar o boletim e divulgar o montante de óbitos que teve ali. Por que eu falo isso? Porque a nossa letalidade, a letalidade do Distrito Federal é uma das menores do país, e a gente precisa divulgar isso. Então quando jogamos para a sociedade 66 óbitos na segunda-feira, onde aconteceu só um, de certa forma isso é desassossegador para a população”, havia dito na época.

Veja o documento na íntegra: <https://jornaldebrasil.com.br/cidades/tjdft-faz-ses-df-voltar-a-divulgar-contagem-de-obitos-de-antes-da-mudanca/>

FONTE: JORNAL DE BRASÍLIA

Prejuízo de 13% na Previdência privada reforça importância da aposentadoria pública

Previdência privada, que só dá lucro para banqueiro, deu prejuízos para os associados este ano. Para Ricardo Berzoini, é preciso defender a aposentadoria pública contra o modelo que Guedes quer implementar



A Previdência privada tão defendida pelo ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, que insiste no modelo de capitalização da aposentadoria, em que o trabalhador contribui sozinho, sem a contrapartida da empresa, deu prejuízos para seus associados de quase 13%, revela entidade do setor, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

A confusão dos formatos desses planos é tamanha que existem 27 tipos de fundos da Previdência. Desses, oito tiveram variação negativa neste ano. O pior desempenho foi do “Fundo Previdência Ações Indexados”, com queda em sua rentabilidade nos últimos 12 meses, de -12,9%.

Perdidos na sopa de letrinhas e números, o trabalhador que não entende de Ibovespa, CDI, de renda fixa e outros tipos de aplicações,

e acha que está protegendo o seu futuro, na verdade, está entrando numa canoa furada.

A desculpa do mercado financeiro para o baixo rendimento é a crise econômica aprofundada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Mas para o ex-ministro da Previdência do governo de Dilma Rousseff (PT), Ricardo Berzoini, só há uma explicação: a previdência privada só dá lucro para banqueiro, o trabalhador que se aventurar neste tipo de investimento terá prejuízos financeiros.

Berzoini conta que quando foi deputado federal, durante audiência especial na Câmara, questionou um banqueiro do Bradesco sobre o funcionamento da previdência privada da instituição e recebeu como resposta que toda vez que o cliente faz uma aplicação é cobrada uma taxa de 3 a 4%. Ou seja, de cada R\$ 100,00 aplicados, o banco fica com R\$ 3,00 ou R\$ 4,00.

Também havia taxas de “carregamento”, termo técnico usado pelo mercado financeiro que significa que todo ano é cobrado um percentual sobre o lucro eventual que a previdência privada possa ter dado.

Conheço bem matemática financeira. Isto é um roubo aplicado sobre quem desconhece o assunto. Quem tem não tem dinheiro para se arriscar é melhor deixar na poupança- Ricardo Berzoini

Para o ex-ministro da Previdência, procurar o gerente do banco não vai adiantar, porque por mais bem intencionado que seja ele tem metas a bater e vai sugerir a capitalização, a mesma que matou de fome tantos chilenos que o governo daquele país está revendo o modelo e durante a pandemia foi obrigado a liberar um valor maior.

“Os fundos privados especulam no mercado de ações ou de renda fixa e ao longo do tempo eles perdem valor”, afirma.

Berzoini defende que a melhor forma de proteger o trabalhador e a trabalhadora na sua velhice ou numa eventual incapacidade é a Previdência Pública. E é enfático ao defender o sistema de repartição até o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), hoje em R\$ 6.101,06.

“O modelo solidário da Previdência pública para o trabalhador é a certeza que ele terá dinheiro para a comida, para pagar a conta de água. Hoje um jovem pode estar saudável e feliz, mas se ele se acidentar ou ficar doente não vai ter condições financeiras de se sustentar e, é para isso que serve a Previdência Pública”, afirma.

Buraco do caixa da Previdência é fictício

Para o ex-ministro, a equipe econômica do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) quer empurrar para o trabalhador a conta de déficits eventuais no caixa da Previdência provocados por oscilações econômicas e o desemprego.

O buraco no caixa é fictício porque a Previdência não foi feita para dar lucro. Ela é um dos tripés da seguridade social composto também pela assistência e pela saúde. Previdência para trabalhador é política pública. O resto é conversa de banqueiro para enganar trabalhador- Ricardo Berzoini

Capitalização empobreceu aposentados dos EUA e Chile

Ricardo Berzoini diz que tanto nos Estados Unidos, meca do capitalismo, e no Chile, há casos de trabalhadores que se suicidaram ao perderem tudo o que pouparam durante a vida inteira em fundos de pensão privados. Outros perderam até 30% dos seus rendimentos.

O ex-ministro conta que a capitalização foi implantada no Chile na época que Paulo Guedes era estagiário de Milton Friedman (economista norte- americano liberal) durante o governo ditatorial do general Augusto Pinochet. Lá eles acabaram com a previdência pública local e a transformaram em capitalização sem contribuição patronal, as chamadas Administradoras de Fundos de Pensão (AFPs).

“Hoje há um movimento no Chile, o ‘No mas AFP’ para denunciar essas administradoras que simplesmente roubaram os trabalhadores de forma legalizada, pois o sistema defendido por Guedes, foi desenhado para enriquecer empresas”.

Já nos Estados Unidos existe a 401K, assim denominada por ser o número do artigo da Lei que regulamenta os planos de aposentadoria. Eles também investem em renda fixa e papéis de duvidosos que dão prejuízos porque dependem da confiança dos investidores. Em casos de crise financeira como a de 2008 e a provocada pela pandemia, o mercado dá sinais de desconfiança e o valor fica negativo.

“Isto provoca perdas para quem não pode perder, como é o caso do aposentado. Uma coisa é especulador que pode perder R\$ 1 bilhão e continuar tomando uísque de 18 anos e comprando Porsche. Ele continuará rico. Outra coisa é o trabalhador que tem uma renda média de aposentadoria de R\$ 2.300,00 tentar entender o mercado financeiro para saber onde deve investir”, critica.

A gente precisa decidir pra onde quer ir, senão ficaremos como o Chile e os EUA, onde a conta é apresentada na doença e na velhice. O trabalhador brasileiro que não quiser se tornar um camelo ou mendigo após se aposentar, tem de defender a Previdência pública- Ricardo Berzoini.

FONTE: CUT

Pandemia impacta na alimentação dos brasileiros e leite e carne viram itens de luxo

Inflação nos alimentos, redução salarial e desemprego ajudaram a piorar situação e trabalhadores sentiram a necessidade de mudar a lista de compras e reduzir qualidades de alimentos



A empreendedora Débora Mara Comar, que perdeu 70% da renda e a radialista Alexandra Antonini, que ficou desempregada, são apenas duas das milhões de brasileiras que tiveram de cortar itens da alimentação da família para se adaptar à queda brutal de rendimentos durante a pandemia do novo coronavírus.

O impacto negativo na alimentação das famílias brasileiras foi confirmado por uma pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O estudo aponta que um em cada cinco brasileiros relata não ter conseguido comprar alimentos durante a quarentena.

A queda na renda é explicada pelo agravamento da crise econômica e pelo isolamento social, iniciado em março, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo vivia uma pandemia e recomendou o confinamento como a única maneira de evitar a contaminação.

Até julho, segundo a PNAD Covid-19 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 17,7 milhões de pessoas ocupadas

trabalharam menos do que o habitual, os mais prejudicados foram os trabalhadores sem vínculo formal de trabalho como Débora, que tem uma empresa familiar de lavagem de sofá a domicílio.

Com menos recursos, ela, seu marido e sua filha de 13 anos, além de precisarem negociar mês a mês o preço do aluguel, tiveram que mudar os hábitos alimentares. Hoje, eles só tomam leite aos sábados, para não ficar 100% sem os nutrientes do alimento.

“Caiu muito a procura pelo meu trabalho e durante o pico da pandemia vários condomínios, onde estão 80% do nosso público, proibiram a nossa entrada com medo da contaminação. Com a renda menor e os preços dos alimentos ficando cada vez mais caro eu tive que começar a consumir mais sopa, frango, legumes e processados no lugar da carne. Até a linguiça que estou comprando está sendo contada. Leite então, só as fins de semana. Nos outros dias estamos tomando chá”, contou Débora.

Já a radialista Alexandra Antonini, que ficou

desempregada, outra consequência da crise sanitária, trocou a carne por ovo. Segundo ela, outras coisas também foram banidas da sua lista de compras porque ela, o marido e a filha de 10 anos estão sobrevivendo com uma única fonte de renda, que também ficou menor na pandemia. Seu companheiro teve uma redução salarial de 30%, ou consequência do agravamento da crise econômica provocado pela emergência sanitária, que empobreceu pelo menos 7,2 milhões de trabalhadores.

A pesquisa da Unicef mostra que Norte e Nordeste são as regiões mais afetadas pelo impacto financeiro da pandemia na alimentação. E que a dieta do brasileiro também piorou. De acordo com a pesquisa, 23% das famílias passaram a comer mais alimentos industrializados e enlatados.

A trabalhadora doméstica em Sergipe, Maria Dominga Araújo Santos, disse que só está conseguindo sobreviver porque está tendo ajuda da Casa das Domésticas, que sempre a ajudou a arrumar emprego e agora ajuda doando cestas básicas.

Ela conta que antes da pandemia estava trabalhando fixo numa casa de família, mas foi dispensada no começo do isolamento. Maria disse que o serviço doméstico ainda está em baixa, apesar da flexibilização da quarentena em todo o Brasil, e que está se mantendo com o auxílio emergencial de R\$ 600, mas não dá para se alimentar direito.

“Com este dinheiro eu só estou conseguindo pagar energia, água, o aluguel e meus colírios específicos para meu glaucoma e que são muito caros. As cestas que recebo têm os alimentos básicos, mas não tem carne. Ai a gente se vira com ovos, salsicha e frango, quando dá para comprar com o que sobra do auxílio”, explicou Maria.

Contas fixas altas e o valor menor do Auxílio Emergencial

Muitas famílias estão sobrevivendo com o auxílio emergencial de R\$ 600 aprovado pelo Congresso Nacional, mas mesmo assim não estão conseguindo se alimentar direito, como é o caso da trabalhadora doméstica em Sergipe.

Além disso, muitos serviços que deveriam ter um controle melhor de preços, como água e Luz, consomem o valor do auxílio e diminuem consideravelmente os recursos para os

alimentos, afirma a economista e supervisora de Produção Técnica do Dieese, Patrícia Lino Costa.

“Os governos poderiam ajudar a controlar mais os preços destas contas fixas para ajudar as famílias a comerem melhor, mas não é isso que fazem. Pelo contrário. A conta da crise sempre vai para o bolso do trabalhador”, ressaltou.

Patrícia destacou que o governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) nunca quis dar os R\$ 600 de auxílio emergencial e que a proposta inicial do governo era de R\$ 200. E este valor que a oposição conseguiu conquistar com muita luta está ameaçado.

“Com R\$ 200 tudo ia ser muito pior e se baixar para R\$ 300 como querem Bolsonaro e Guedes a pobreza e a miséria vão aumentar de um jeito assustador”, disse Patrícia.

Inflação nos alimentos ajudou a piorar situação da pandemia

O custo com a alimentação subiu três vezes mais que a inflação no período de um ano, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A economista afirmou que, além do impacto na renda, com desemprego e contratos de trabalho alterados durante a pandemia, as famílias também sentiram na pele o aumento dos preços de vários alimentos.

“Os preços das carnes bovinas que já vinham aumentando muito, pioraram muito na pandemia. A população não está conseguindo mais ter acesso a carne de primeira e muitas vezes nem a de segunda e acabam substituindo por outra coisa mais barata. E ai se alimentam mal, num momento que era para estarem cuidando mais da saúde”, destaca.

Segundo Patrícia, o feijão subiu 16%, o arroz 6% e café 12%. A farinha de trigo também aumentou em 22%.

E com isso, tem um monte de coisas que Alexandra não compra mais.

“O queijo subiu de R\$ 20 o quilo para R\$ 47, a carne moída de 2ª não tem por menos de 29,90. Até o ovo que era 30 por 10 reais está 17,90 e o gás, que durava meses e agora está durando 1, custa em média R\$ 90. Está complicado, porque além de não estar trabalhando tudo aumentou muito”, afirmou a radialista.

FONTE: RBA

BNDES ataca organização dos trabalhadores

Banco quer retirar direito à liberação de dirigentes das associações de empregados, desconhecer os delegados sindicais e acabar com a transparência de informações que contribuem com a organização e representação sindical



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apresentou durante a segunda reunião de negociações com a Comissão de Negociações dos empregados, ocorrida nesta quarta-feira (26), propostas que atacam o direito da livre organização dos trabalhadores, segundo o vice-presidente e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) nas negociações com o banco, Vinícius de Assumpção. Além disso, o banco se nega a assinar um acordo por dois anos.

O vice-presidente da Contraf-CUT disse que o banco fez uma série de ataques ao Acordo Coletivo de Trabalho, principalmente às cláusulas de organização sindical e, especificamente, com relação às associações de funcionários. São propostas de retirada do direito de liberação de dirigentes, do desconto das mensalidades dos associados em folha e até do direito de reunião de organização de funcionários e o uso do auditório do banco pelas associações. O banco também não quer reconhecer os delegados sindicais.

“As propostas apresentadas pela comissão de negociações do banco se configuram com um ataque brutal às organizações dos bancários no país. Não temos notícias de uma ofensiva tão intensa à nossa organização”, disse Vinícius. “As associações fazem parte de nossa estrutura nacional de organização sindical. Ao tirar o direito de representação das associações é o movimento sindical como um todo que está sendo atacado”,

completou ao observar que dos cerca de 2.600 funcionários que compõem o quadro de trabalho do sistema BNDES (o banco, a Finame e o BNDESPAR), cerca de 2.000 fazem parte das associações de funcionários.

“As associações são extremamente importantes para a organização sindical, dada à representação e legitimidade que elas possuem”, afirmou o vice-presidente da Contraf-CUT. “A última assembleia contou com a participação de 1.993 associados, que é quase 100% dos associados e cerca de 77% de todos os funcionários”, observou. “Talvez seja exatamente por isso que o banco está atacando as associações”, concluiu.

Vinícius disse, ainda, que o banco propôs a retirada do ACT ao direito à informação aos dados relativos a emprego, cargos e salários e informações inerentes ao cotidiano do trabalhador, que contribuem para organização sindical.

“Essa falta de democracia e de transparência é significativa. Demonstra a cara da gestão que temos no banco e na Presidência da República”, criticou.

Outras cláusulas em discussão

Além das cláusulas sindicais e associativas, a reunião desta quarta-feira tratou sobre cláusulas de saúde, previdência e gerais.

O banco quer retirar do Acordo Coletivo de Trabalho questões relacionadas às alterações no plano de saúde e no estatuto da Fundação de Assistência e Previdência Social (Fapes) do BNDES, limitando o poder dos trabalhadores.

Calendário de negociações

Estão previstas reuniões para esta quinta e sexta-feira. O banco propôs discutir nesta quinta as cláusulas econômicas e assistenciais. E na sexta as cláusulas institucionais e garantia de direitos. Os trabalhadores propuseram a inversão das pautas.

FONTE: CONTRAF

Projeto autoriza empresa a deduzir PIS/Pasep de insumos usados contra pandemia



Para Cleber Verde, empresas, que já estão fragilizadas com as incertezas do mercado, poderão se beneficiar com a medida

O Projeto de Lei 3653/20 autoriza as empresas que optaram pelo regime não cumulativo da contribuição para o PIS/Pasep a deduzir o tributo incidente sobre os insumos adquiridos para enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus, como álcool em gel e máscara para os trabalhadores. A proposta tramita na Câmara dos Deputados.

O texto altera a Lei 10.637/02, que instituiu o regime de não cumulatividade da contribuição para o PIS/Pasep. Nesse regime, o contribuinte recebe de volta os tributos pagos nas etapas anteriores e que se agregaram ao preço dos insumos adquiridos. Estes insumos são os produtos ou serviços necessários à fabricação de um bem ou prestação de um serviço.

Autor do projeto, o deputado Cleber Verde (Republicanos-MA) afirma que a pandemia

de Covid-19 obrigou as empresas a comprar produtos, ou instituir processos, para prevenir o contágio no ambiente de trabalho. Ele cita, como exemplo, os dispensadores de álcool em gel, máscaras, luvas, óculos e procedimentos de limpeza mais minuciosos, dentre outros métodos.

Para o deputado, essas despesas, pelo seu caráter excepcional, devem ser equiparadas à compra de insumos utilizados no processo produtivo, dando a direito ao crédito tributário para as empresas. “Tais medidas implicaram em gastos extraordinários para as empresas, que já estão fragilizadas com as incertezas do mercado e o risco de uma evidente recessão econômica”, disse Verde.

Fonte: Agência Câmara de Notícia

Bolsonaro vetou o auxílio para saúde. Precisamos reagir!

Vigilantes que trabalham na área de saúde foram prejudicados.



Parece inacreditável, mas Bolsonaro vetou o projeto que garante uma indenização para os dependentes de profissionais de saúde mortos por coronavírus. Apesar do Brasil liderar o ranking mundial de enfermeiros mortos pelo coronavírus, somando mais de 200 óbitos, e mais de 12 mil casos, o presidente não aprovou o projeto que poderia proteger e dar suporte aos seus familiares.

Mas podemos virar esse jogo: o Congresso pode derrubar o veto do presidente e fazer a lei virar realidade! Para isso, precisamos ser milhares de pessoas pressionando os parlamentares a derrubarem o veto e garantirem apoio às famílias dos profissionais de saúde. Já sabemos que nossa pressão tem efeito forte no Congresso: juntos garantimos a aprovação do projeto na câmara e no senado

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

por unanimidade. Agora precisamos mostrar mais uma vez nossa força para derrubar esse veto!

Os vigilantes que trabalham em hospitais, unidades de saúde, UPAS e similares também não podem ser prejudicados.

Não temos tempo a perder! Estes profissionais estão se colocando na linha de frente do combate ao coronavírus para proteger a nós e aos nossos familiares. Não podemos deixar seus dependentes desamparados em caso de falecimento. Pressione agora os deputados e senadores que podem garantir que o projeto do #AuxílioParaSaúde seja aprovado!

Você pode pressionar diretamente o parlamentar que votou ou clicar no link do site para mandar e-mail para os parlamentares (o sistema enviará para vários ao mesmo tempo)
<https://www.auxilioparasaude.org.br>

Ajude a divulgar.

Compartilhe!

Mesmo que não esteja entre as categorias do projeto, precisamos fazer justiça com quem se arrisca todos os dias nesta grande luta.



www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF